



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA

11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

1 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

- ✿ [PROFUNDAMENTE LEVE! – O Popular](#)
- ✿ [O NOVO GOVERNO ARGENTINO – O Popular](#)
- ✿ [EXPORTAÇÃO EM ALTA – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [CONGRESSO GASTADOR – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [AMOR E POLÍTICA – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [O PROTAGONISMO DO BRASIL NA DESCARBONIZAÇÃO DA ECONOMIA GLOBAL – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [A QUEM INTERESSA REDUZIR A FORMAÇÃO BÁSICA DOS JOVENS NO ENSINO MÉDIO? – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [AVANÇO CONTRA STF É VISTO COM DESCONFIANÇA – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [GOVERNO ANUNCIA HOJE R\\$ 1 BILHÃO PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA – Correio Braziliense](#)
- ✿ [DISPUTA POR EMENDAS SE TORNA PONTO DE TENSÃO NO DEBATE DA LDO – Correio Braziliense](#)
- ✿ [VISÃO DO CORREIO: A DENGUE VOLTA A AMEAÇAR – Correio Braziliense](#)
- ✿ [BAIXA TAXA DE POUPANÇA É OBSTÁCULO PARA ACELERAR O CRESCIMENTO – Valor Econômico](#)
- ✿ [PROMOÇÃO DE DISPUTAS JUDICIAIS FALSAS POR ADVOGADOS SE MULTIPLICA – Valor Econômico](#)
- ✿ [JUSTIÇA ANALISARÁ “PERSEGUIÇÃO JUDICIAL” – Valor Econômico](#)
- ✿ [DESTAQUES – Valor Econômico](#)
- ✿ [A POSIÇÃO DO MINORITÁRIO EM RECUPERAÇÃO OU FALÊNCIA – Valor Econômico](#)
- ✿ [DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB](#)

JORNAL – O POPULAR – 11.12.2023 – PÁG. 3

Profundamente leve!

Maysa Bernardes Balduino



Diariamente, desejamos que a nossa vida e a vida de quem amamos seja leve. Sugerimos aos amigos a não se aprofundarem nas questões afetivas e evitem relações íntimas para viver uma vida leve.

Nos defendemos de memórias e de algumas vivências para tocar a vida, esperando que ela seja leve. Acreditamos que os nossos filhos poderão ter uma jornada leve e facilitamos os processos para que eles não sofram.

Não há dúvida de que estamos confundido ser leve com ser superficial.

As defesas que racionalizam as dimensões da vida nos inclinam a considerar as aparências e a desvalorizar o conteúdo.

Ficamos supérfluos e acabamos por conviver com pessoas que reduzem a importância do mundo psíquico e da realidade compartilhada.

Acontece que para ser leve há que se ter um conhecimento profundo da natureza humana. Reconhecer e experimentar as nuances de todos os sentimento que nos são constitutivos.

Do amor ao ódio, da graça à inveja, do sadismo ao altruísmo... As doses de medo e de coragem, a força dos desejos que pulsam no inconsciente da nossa mente precisam ser experimentados.

Vida leve requer superar tendências sádicas e amadurecer uma mente criativa! É preciso abster de realizar a maldade, a vingança. Só assim, depois que elaboramos a nossa própria violência é que vamos conseguir escolher pessoas boas para fazer parte da nossa vida.

Para a vida ser leve é preciso se proteger de pessoas sacanas, mas para identificá-las não podemos negar a maldade humana. Esse aprendizado não é conquistado sem choro, decepção, desilusão e frustração.

A vida leve acontece de maneira paralela com esse interminável processo de humanização.

Um casal, um bebê em uma manjedoura, com animais que viviam no estábulo. A cena nos emociona e inspira tranquilidade.

O presépio, que reproduz o momento do nascimento de Jesus, é um dos maiores emblemas do amor!

Mas antes do nascimento de Jesus, o rei Herodes, com medo de perder seu trono para o rei dos judeus, mandou matar todas as crianças da raça.

O Natal só pode ser leve quando compreendemos a sua mensagem. A tradição é religiosa, mas o simbolismo é humano, pois a saga do menino Jesus é a saga de todos nós.

Ser leve pressupõe ser capaz de conhecer a nossa história, tolerar os mistérios da vida, promover aliança com pessoas virtuosas e confiáveis.

Ora combater o mal, ora fugir de ambientes perversos. A paz advém da habilidade de lidar com as tragédias da vida, com o imponderável, com a dor. Impossível construir paz sem sacrifícios dos nossos intuítos mais selvagens.

O Natal nos ensina que sobreviver aos dias mais difíceis demanda esperança, resiliência e tempo.

Profundos no amor, na sabedoria e na solidariedade, conscientes da nossa imperfeição, é possível ter um Natal leve e bom. Essa, queridos leitores, é a magia!

O novo governo argentino

Michel Magul

O atual cenário político na Argentina tem sido marcado pela ascensão de Javier Milei à presidência, um fenômeno que revela não apenas a mudança de liderança, mas também uma transformação no próprio papel desempenhado por ele. Inicialmente reconhecido como um ator habilidoso na encenação eleitoral, Milei não apenas cumpriu seu papel, mas superou as expectativas ao se tornar o presidente mais bem votado da história do país.



Contudo, ao perceber as mudanças nas circunstâncias políticas, rapidamente se adaptou, tornando-se diretor de seu próprio filme político. Saiu de cena o radical intransigente da campanha e emergiu o líder que está disposto a algum nível de flexibilidade para não se isolar politicamente. Os acenos a Brasil e China foram sintomáticos.

O novo presidente está construindo sua base política com astúcia, atraindo a oposição e buscando apoio entre os peronistas anti-Kirchner, com foco inicial em Córdoba. Milei, eleito sem amarras ou compromissos políticos, está utilizando essa flexibilidade para compor seu governo de acordo com suas convicções. No entanto, enfrenta desafios internos, com membros de sua coalizão expressando ciúmes e insatisfação, especialmente a vice-presidente eleita e companheira de chapa, Victoria Villarruel.

A agenda de Milei é clara: reduzir a máquina pública, liberalizar a economia, desburocratizar e modernizar o sistema. Demonstrando pragmatismo, ele busca conquistar os espaços necessários para sua governabilidade, aproveitando seu capital político de maneira profissional e calculada, sendo essa uma mudança notável em relação à campanha mais espontânea que o levou à vitória.

Embora o futuro governo ainda esteja envolto em incertezas, é evidente que cortará políticas assistencialistas em favor do liberalismo, desafiando a classe política. A maior vitória de Milei até agora parece ser a liberdade de escolha de aliados, não estando refém de nenhum grupo e podendo ceder por vontade própria, não por necessidade de sobrevivência.

Na frente internacional, a relação bilateral Brasil-Argentina, crucial para ambos os países, deve ser mantida com base na compreensão mútua da importância do bem-estar das populações e na preservação do sistema democrático. Independentemente das afinidades pessoais ou ideológicas, a diplomacia continuará sendo essencial para garantir o sucesso conjunto e preservar o comércio internacional benéfico para ambas as nações.

Portanto, o desafio reside na governança com parcimônia, em acordos ponderados e no respeito à democracia. A oposição na Argentina, mesmo enfraquecida, permanece vigilante, e líderes mundiais observam as decisões iniciais do novo presidente.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.12.2023 – PÁG. A2

Exportação em alta

Agropecuária e setor extrativo garantem fluxo de dólares e fôlego à economia



Em meio às dificuldades da economia brasileira, há fatores positivos. Entre eles está a relativa estabilidade trazida pela boa situação das contas do país com o exterior.

Neste ano o saldo da balança comercial atingirá o maior patamar nominal já registrado. De janeiro a novembro, as exportações superaram as importações em US\$ 89,3 bilhões, em alta de impressionantes 56% ante o mesmo período de 2022. Esperam-se ao menos US\$ 93 bilhões até dezembro.

O impulso vem do setor agropecuário e da indústria extrativa. A safra recorde de grãos garantiu expansão de 8,2% nas vendas externas do setor, com receita de US\$ 76,3 bilhões. A alta de 22,8% no volume embarcado compensou a queda de 9,8% nos preços. A participação nas exportações totais continua a crescer, de 22,8% em todo 2022 para 24,6% neste ano.

As cotações elevadas do minério de ferro mantêm as receitas do setor extrativo, que também conta com saldos crescentes na exportação de petróleo. Nos próximos anos a perspectiva é de contínuo crescimento dessas rubricas.

À diferença do ocorreu nos anos 2000, quando o país viveu um período de bonança graças à disparada dos preços de matérias-primas que decorreu da demanda chinesa, desta vez a expansão dos saldos comerciais se dá principalmente por maiores quantidades.

O lado negativo é a continuidade do mau desempenho das exportações da indústria de transformação, que continuam a cair em volume e também nos preços. Até novembro observa-se redução de 3,6% das receitas, que atingiram US\$ 161,5 bilhões.

Na medida mais ampla dos fluxos de entrada e saída relativas a comércio de bens e serviços, a chamada balança de transações correntes, o déficit caiu de US\$ 56,7 bilhões (3% do PIB) em 2022 para US\$ 34 bilhões (1,6% do PIB) nos 12 meses encerrados em outubro.

Isso significa que o país precisa atrair menos capital estrangeiro para equilibrar as contas.

De fato, há queda de cerca de 23% nos investimentos diretos nos 12 meses até outubro, para US\$ 54,5 bilhões (2,7% do PIB). A retração não deixa de ser preocupante e pode decorrer de incertezas a respeito da política econômica. Mesmo assim, os valores ainda são elevados e dentro de patamares históricos.

Na soma geral, há permanência das reservas cambiais em torno de US\$ 340 bilhões, nível confortável nas comparações internacionais. Não é por acaso que a cotação do real se mostra estável mesmo diante das fragilidades nacionais.

Congresso gastador

Parlamentares não definem Orçamento e buscam mais despesas em benefício próprio

O atual estado de desordem nas finanças públicas não se deve apenas ao ímpeto perdulário do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Sob o comando do centrão, o Congresso concorre para a alta dos gastos, reduz a qualidade das políticas públicas e eleva as incertezas.

Estamos em dezembro e os parlamentares nem mesmo concluíram a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2024 —vale dizer, o conjunto de regras que deveria ter sido aprovado no primeiro semestre para orientar a elaboração do projeto de Orçamento do ano seguinte.

Com LDO e Orçamento em aberto, deputados e senadores aproveitam o corre-corre de final de ano na tentativa de



extrair mais dinheiro do contribuinte em proveito próprio e de seus partidos.

Em uma frente, busca-se aumentar de já exorbitantes R\$ 37,6 bilhões para quase R\$ 50 bilhões o total de recursos reservados no próximo ano para as emendas parlamentares, ou seja, as despesas a cargo do Tesouro definidas diretamente pelos congressistas.

Nelas predominam obras e eventos nos redutos políticos de cada um dos 513 deputados e 81 senadores —um ativo eleitoral particularmente importante num ano de pleitos municipais.

Decorrência do enfraquecimento da Presidência nos últimos anos, a escalada das emendas pulveriza montantes crescentes de dinheiro público em projetos paroquiais, sem maiores considerações de mérito e prioridade.

É também sem tais critérios que a Câmara pressiona pela ampliação para R\$ 4,9 bilhões do fundo eleitoral, pelo qual o erário financia desde 2018 as campanhas eleitorais. Há R\$ 900 milhões reservados para ele no projeto de Orçamento do próximo ano.

O lobby das burocracias partidárias tem ocorrido ano sim, ano não, dado o calendário de pleitos no país. Desta vez, como se trata de disputa por cargos de prefeito e vereador, nem mesmo se pode empregar o surrado argumento de que os candidatos terão gastos com longas viagens.

O risco é que o despautério una situação e oposição, dado que os principais partidos têm direito a parcelas maiores do fundo.

Fato é que qualquer nova despesa, num governo cujo déficit disparou neste ano, será sempre coberta por mais endividamento público —uma conta invisível empurrada à sociedade, enquanto os parlamentares obtêm ganhos palpáveis.

Amor e política

Racionalizar o afeto a partir de relações de poder é problema quando vira norma, subjugando indivíduos

Lygia Maria

Há quem diga que o amor é um ato político. Pelo visto, não há mais aspecto da existência humana que escape à politização. A racionalização do afeto a partir de relações de poder vai desde o capitalismo que transforma relacionamentos em produtos, passando pelo patriarcado que controla mulheres através do romantismo até o racismo estrutural manifestado em uniões inter-raciais.

Sobre esse último, tem crescido a busca pela relação afrocentrada —casal formado por parceiros negros.



Ora, amor é questão pessoal e cada um escolhe os critérios que quiser para embarcar nessa empreitada que é dividir a vida com outro ser humano. Pelos relatos dos adeptos, a união afrocentrada é valiosa em diversos aspectos, como a autoestima, a identidade e a empatia em relação às dores causadas pelo racismo.

O problema surge quando parâmetros políticos são colocados como norma, subjugando o indivíduo. Acusações de "palmitagem" são exemplo. O termo pejorativo surge para classificar o comportamento de homens negros que, ao ascender socialmente, se relacionam com brancas. Com o tempo, até mesmo mulheres negras passaram a receber a pecha.

Acirrar conflitos raciais é um aspecto nefasto do identitarismo, usado para criticar pautas legítimas e necessárias do movimento negro.

Em 2020, Gilberto Gil e seus filhos foram acusados nas redes sociais de embranquecer a família, por se relacionarem e terem filhos com pessoas brancas. É a ideia distorcida, e racista, de que "miscigenação é genocídio". Nada diferente do que se pensava na Alemanha de Hitler ou na África do Sul sob apartheid.

Como uma romântica inveterada, admito, não compreendo o fenômeno de politizar o amor. Mas, se é para fazê-lo, melhor se basear na luta travada pelo casal americano Richard e Mildred Loving (ela negra) contra o estado de Virgínia. Em 1967, o caso chegou à Suprema Corte do país, que decidiu pela inconstitucionalidade de leis que proibiam o casamento inter-racial. Vence o amor, vence a política.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.12.2023 – PÁG. A3

O protagonismo do Brasil na descarbonização da economia global

É hora de acelerar: não podemos delegar essa competência a outras nações

Patrícia Ellen

Da Climate Week NYC à COP28, o Brasil está no palco de discussões críticas e urgentes sobre clima e economia. O recorde de participação brasileira durante a Climate Week NYC, que aconteceu em setembro, atesta o momento único para impulsionar as políticas de baixo carbono. Enquanto o mundo carece de uma liderança global, temos, finalmente, a possibilidade de alinhamento político para nos colocar como propositores de um resgate à boa diplomacia internacional.

Tem algo de bonito no entendimento dos países sobre a necessidade de ter políticas voltadas à neutralidade de carbono, mas é comum esquecer os riscos do enfraquecimento do multilateralismo.

Vejamos os impactos do Inflation Reduction Act (IRA), com investimento de US\$ 1,8 trilhão —o maior





CLIPPING

DATA
11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

pacote econômico nos EUA dos últimos 40 anos. Devemos aplaudir o gesto, que dedica quase US\$ 600 bilhões à transição energética, mas vale observar que, pela perspectiva da justiça climática, a iniciativa pode representar um inconveniente para países como o Brasil.

Recentemente, cerca de 100 empresas de clean energy e clean tech forma fundadas nos EUA, representando US\$ 90 bilhões em oportunidades para a economia local. O curioso é que apenas 40% delas são norte-americanas —as demais são corporações estrangeiras em migração, incluindo brasileiras.

Ou seja, várias se realocaram para se beneficiar do pacote que traz incentivos reais rumo à transição energética. Por exemplo, um cidadão norte-americano que troca seu veículo por um de baixo consumo de carbono recebe incentivo de US\$ 7.500. Na Europa, pela primeira vez na história recente, lançaram o pacote de incentivos fiscais European Green Deal, de US\$ 1,6 trilhão. Com limitações econômicas e sociais, seria impossível uma resposta à altura dos países do chamado Sul Global.

Temos, portanto, um desafio econômico, não apenas climático. Como fazer para nivelar ou até reestabelecer as condições de competitividade internacional? Temos debatido tais temas durante os eventos econômicos e climáticos mais importantes do ano. São neles que os padrões internacionais são determinados —incluindo normas para acesso ao mercado internacional de carbono. Não podemos delegar essa competência para outras nações e precisamos participar dessa agenda com maior protagonismo, com ações conjuntas entre os países do Sul Global.

Recentemente, o Brasil anunciou seu Plano de Transformação Ecológica, um compromisso sério com a baixa emissão de carbono para setores como bioeconomia, mobilidade e finanças. O país também quer negociar com delegações estrangeiras para garantir sua posição na economia e na diplomacia global. Mas como acelerar a participação das corporações? Na Climate Week, a iniciativa privada se engajou de forma inédita em projetos focados na descarbonização.

A COP28 se dá em um local e momento desafiadores e tem a segurança alimentar e energética como pilares centrais das discussões e acordos. Apesar dos desafios, o Brasil é a única grande economia que ainda tem a chance de se tornar carbono zero muito antes do limite de 2050 e dar um exemplo ao mundo no que tange à produção de alimentos e energia limpa. Diferentemente da maioria das nações, o país tem mais de 75% de sua matriz energética proveniente de fontes renováveis. Ao mesmo tempo, temos novos recordes de produção de alimentos, além de uma redução expressiva do desmatamento na Amazônia.

Nosso país tem expertise em biomassa e biocombustíveis, recursos que podem ajudar a reduzir o custo da transição global para a neutralidade de carbono.

Nesta COP, temos a chance de levar uma agenda uníssona do setor público, social e privado de um Brasil potência natural, celeiro de alimentos e de energia limpa para o mundo. Um Brasil com um norte claro para sair do padrão de crescimento médio e resolver problemas como desigualdades sociais e injustiças climáticas. Vamos pautar não somente a agenda nacional, mas também a global rumo ao G20 e à COP30, em Belém. Para isso, é preciso que todos participem desse debate urgente, mostrando que tanto a oportunidade como a emergência são reais.

A quem interessa reduzir a formação básica dos jovens no ensino médio?

Proposta na Câmara corta 30 minutos por dia de acesso ao conhecimento

Fernando Cássio
Daniel Cara



Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei 5.230/2023 que pretende corrigir a reforma do ensino médio. Elaborado pela equipe do MEC como resultado de uma consulta pública, o texto do PL precisa ser aperfeiçoado, mas expressa o incontestável: o novo ensino médio aprovado a toque de caixa no governo Temer era pior do que se imaginava.

Além de amplificar desigualdades escolares, a reforma se mostrou administrativamente inviável, com escolas e redes de ensino tendo que planejar a oferta e a alocação de professores em dezenas (e até centenas) de disciplinas com pouco conteúdo científico. Maltratou a saúde física e mental do professorado e sabotou os sonhos de muitos jovens.

Milhões de estudantes que há pouco fizeram as provas do Enem não tiveram aulas durante metade do ensino médio. Eles próprios afirmam que um itinerário formativo sobre sustentabilidade envolvendo empreendedorismo com sucata ou a fabricação de tijolos não pode ser chamado de "aula".

Entre avanços e tropeços do PL de agora, há uma disputa em torno da carga horária da chamada "formação geral básica" (FGB). A proposta do MEC é reservar, dentro das 3.000 horas letivas totais do ensino médio, uma carga horária mínima de 2.400 horas para a FGB (as 13 disciplinas escolares), que a atual reforma havia minguado para 1.800 horas.

Na Câmara, o relator designado para o PL —Mendonça Filho (União-PE)— é o ex-ministro da Educação de Michel Temer que aprovou a reforma de 2017 e já se declarou mobilizado na defesa do "legado" do ex-presidente. Ele tem o apoio de secretários estaduais de Educação para cortar 300 horas da formação científica dos estudantes. O objetivo é driblar a necessidade de contratação de professores nas redes estaduais —simplificar o currículo para baratear a educação dos mais pobres.

Uma nota técnica produzida por pesquisadores que estudam políticas de ensino médio, que também analisaram as 79 emendas apresentadas ao PL 5.230/2023, mostrou que essa redução para 2.100 horas significa retirar dos estudantes 30 minutos por dia de acesso ao conhecimento. É como se o ensino médio durasse apenas 2,7 anos nas escolas públicas, em comparação aos três anos das particulares.

Antes de defenderem o encurtamento da formação escolar nas escolas públicas, parlamentares e secretários de Educação deveriam responder quantas das aulas de física ou história eles trocariam por oficinas de "brigadeiro gourmet" nas escolas privadas de seus filhos e netos.

Dificuldade em lidar com conceitos filosóficos ou antipatia pelas aulas de biologia são comuns para jovens que ainda estão por perceber que o conhecimento que parece inútil nos torna pessoas pensantes e capazes de dar sentidos inéditos às coisas do mundo. Sim, precisamos conhecer os estados de oxidação do carbono para entender a enrascada climática em que nos encontramos. E, sim, precisamos de aulas de sociologia para problematizar mazelas que se perpetuam na mesma proporção do enriquecimento das elites nacionais.

Elites que, representadas por especialistas em educação fabricados por institutos e fundações empresariais, propuseram e defenderam a atual reforma do ensino médio, e seguem convencidas de que é preciso surrupiar horas-aula da formação científica de estudantes da escola pública para "modernizar" o currículo.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 11.12.2023 – PÁG. A4

Avanço contra STF é visto com desconfiança

Interferência de políticos no Judiciário não é bem recebida pela maioria das pessoas

Camila Rocha

Ainda que a reprovação ao STF (Supremo Tribunal Federal) tenha aumentado 7 pontos nos últimos 12 meses, como indica pesquisa Datafolha realizada no dia 5 de dezembro, o avanço do Congresso contra o Supremo é visto com desconfiança por parte expressiva da população.

No final de novembro, o Senado aprovou a PEC 8/2021, cujo principal objetivo é limitar decisões monocráticas no STF. Na mesma semana, entrevistei trabalhadores de diversas localidades e matizes ideológicos sobre a atuação da corte.



Os ministros do STF durante sessão no plenário, em novembro - Carlos Moura - 23.nov.23/Divulgação STF

Praticamente todos concordam que o STF concentra muito poder. Vários apontam a necessidade de revisão das práticas do tribunal e criticam os interesses que orientam a indicação dos ministros. Um eleitor de Lula, por exemplo, afirma que as escolhas dos membros do tribunal são permeadas por uma "guerra de interesses", e um eleitor de Jair Bolsonaro defende a abolição da indicação presidencial.



CLIPPING

DATA
11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
11 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Eleitores de Bolsonaro, como esperado, tendem a ser mais enfáticos em sua rejeição ao STF. Expressões como "acham que são donos de tudo", "mandam mais que o presidente" e "acham que estão acima do bem e do mal" são utilizadas com frequência para classificar a atuação de seus ministros.

Após o 8 de janeiro, a rejeição ao STF se tornou o mote central de bolsonaristas. Logo após a aprovação da PEC 8/2021 pelo Senado, milhares se reuniram no domingo, dia 26, em um protesto na avenida Paulista em virtude da morte de Cleriston Pereira da Cunha, preso na Papuda pela participação nos atos golpistas em Brasília. A tentativa de tornar Cunha um mártir do 8 de janeiro era clara. Alexandre de Moraes, tido como seu algoz, foi alvo de brados em uníssono: "Assassino, assassino!".

No entanto, a interferência de políticos no Judiciário não é bem recebida pela maioria das pessoas que entrevistei. A posição de uma professora católica do Rio Grande do Sul, que não votou nem em Bolsonaro e nem no PT nas últimas duas eleições presidenciais, sintetiza o sentimento predominante: "Tem coisas que precisam ser revistas, mas não é o momento de tirar o poder do STF. Não vai ser benéfico para a população. Isso é apenas interesse próprio dos políticos".

Outra entrevistada, que também não é alinhada a Bolsonaro ou Lula, é ainda mais enfática acerca da tramitação da PEC: "Não concordo. A lei tem que ser cumprida à risca. Vão rasgar a Constituição e ficamos à mercê dos deputados e políticos. A população é sempre deixada de lado".

A ideia de que interferências de políticos na atuação do Judiciário representam uma ameaça e um retrocesso são frequentes entre quem não votou em Bolsonaro. Contudo, até mesmo eleitores do militar, por vezes, são mais cautelosos. Um evangélico de 32 anos, de São Luís (MA), que votou em Bolsonaro nos dois turnos em 2018 e 2022, por exemplo, acha que diminuir "canetadas" dos membros da corte pode ser algo interessante, já que, em suas palavras, "às vezes os ministros buscam notoriedade, e não a legalidade". A despeito disso, considerou que "não deveria haver uma interferência muito grande no Judiciário".

Ao que tudo indica, a disposição do presidente da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) em acirrar as tensões com o STF pode aumentar a desconfiança em relação ao Congresso e piorar a divisão política e a intolerância no país.

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!
sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE –11.12.2023 – PÁG. BRASIL

Governo anuncia hoje R\$ 1 bilhão para a população em situação de rua

Ministro Silvio Almeida e o presidente anunciam hoje, no Planalto, detalhes do programa voltado para assistência social

Henrique Lessa

O ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Sílvio Almeida, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, lançam na manhã de hoje, no Palácio do Planalto, com presença do padre Júlio Lancellotti, o programa POP Rua, um programa de atenção à população de rua do país. A iniciativa deve ter um orçamento de aproximadamente R\$1 bilhão de reais em ações de diversos ministérios.



Almeida destacou a importância de lançar o programa no dia seguinte à comemoração de 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. "Teremos aproximadamente R\$ 1 bilhão para iniciativas como a moradia cidadã, os pontos de apoio de rua, a reconfiguração do que se chama de centros POP de atendimento da população de rua. Destaco que em breve vamos regulamentar a priorização da população em situação de rua no Minha Casa Minha Vida", destacou Almeida ao Correio.

O evento deve contar com a presença do padre paulista Júlio Lancellotti e diversos ativistas e autoridades envolvidas com o atendimento das populações de rua. Questionado sobre as perseguições ao religioso na sua atividade assistencial com a população de rua, Almeida atribuiu ao crescimento de uma política de ódio aos pobres.

"Tem crescido nos últimos anos uma espécie de ódio aos pobres, não um ódio da pobreza, mas dos pobres. Isso está vinculado ao pensamento que coloca o ódio como linha de frente das ações políticas e em segundo ponto defende uma ideia de desmantelamento da capacidade do estado em promover políticas sociais, e a população em situação de rua acaba sendo a mais atacada."

Outro ponto que Almeida destaca no programa que deve ser anunciado hoje é a ação de combate à aporofobia - que é a aversão e a discriminação aos pobres — com ampliação do combate da arquitetura hostil e o fortalecimento de medidas do tipo em vários ministérios do governo Federal.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 11.12.2023 – PÁG. POLÍTICA

Disputa por emendas se torna ponto de tensão no debate da LDO

Parlamentarista convicto, Forte sustenta que as medidas que ele introduziu trarão mais transparência ao orçamento e vão acabar com o fisiologismo

Edla Lula



Um dos principais pontos de tensão no debate sobre o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, a ser apresentado na terça-feira (12/12) na Comissão Mista do Orçamento (CMO), é a cada vez maior imperatividade das emendas apresentadas pelos deputados. Sem utilizar o termo "orçamento impositivo", o relator Danilo Forte (União-CE) criou mecanismo para condicionar a execução orçamentária à vontade do Congresso Nacional.

Um dos itens acrescentados pelo relator ao texto encaminhado em abril pelo Executivo e que incomoda os governistas, é o que

determina que as emendas das comissões temáticas devem corresponder a, no mínimo, 0,9% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2022, divididos em dois terços para a Câmara e um terço para o Senado. O cálculo corresponderá a uma quantia de aproximadamente R\$ 11 bilhões.

A deputada Gleisi Hoffman (PT-PR), presidente do partido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, informou que vai contestar esse dispositivo. Segundo ela, o relator expressa uma "sanha de aumentar as emendas", ao incluir esse piso. "Isso é uma barbaridade. É uma transferência da execução orçamentária do Executivo para o Congresso Nacional. Logo o congresso que está discutindo que não quer tanto poder para o STF, está se apoderando da execução", disse a deputada, ao comentar o parecer de Forte. Ela também critica a criação do cronograma de empenho, outra novidade introduzida por Forte.

"O Congresso tem que ter bom senso, pois já participa bastante do orçamento, por meio das emendas", acrescentou. Gleisi afirmou que este é um debate que vai ter que ocorrer, embora ela mesma saiba que os deputados atuais não serão capazes de derrubar uma matéria que, em tese, é de interesse do Parlamento.

Parlamentarista convicto, Forte sustenta que as medidas que ele introduziu trarão mais transparência ao orçamento e vão acabar com o fisiologismo. "O que se buscou foi fazer com que o parlamento se afirme dentro do propósito de ser um Poder reconhecido, pela importância que ele tem na democracia", justificou.

"O Brasil vai parar de ter crises cíclicas e vai acabar definitivamente com o governo de cooptação no momento em que tivermos um regime parlamentarista", defendeu ele. A lógica, segundo Forte, é acabar com

o toma lá dá cá, com a troca de cargos e de emendas por apoio político. "Dessa forma, vai-se ter um compromisso firmado em cima das posições programáticas dos partidos políticos e dos programas partidários", ressaltou.

Forte, que criou, em 2014, as emendas individuais impositivas, agora também incluiu em seu parecer, a obrigatoriedade de empenho dessas emendas no primeiro semestre do ano que vem. Atualmente, embora elas sejam obrigatórias, o Executivo é que decide quando será liberada. Os deputados se queixam do atraso das execuções. Neste ano, dos R\$ 6,9 bilhões das emendas de bancada, nem R\$ 200 milhões foram pagos.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 11.12.2023 – PÁG. OPINIÃO

Visão do Correio: A dengue volta a ameaçar

"A limpeza dos potenciais focos do mosquito, com a eliminação da água parada, é uma medida simples e que pode ser incorporada à rotina da casa"

Um alerta divulgado pelo Ministério da Saúde, na última sexta-feira, apontou que as regiões Centro-Oeste e Sudeste (principalmente Minas Gerais e Espírito Santo) devem viver uma epidemia de dengue em 2024. Outras regiões, como o Nordeste e o Sul, principalmente no Paraná, também devem ter um aumento no número de casos, mas sem chegar ao nível epidêmico.

Em 2023, os casos de dengue no Brasil aumentaram 15,8% em relação ao ano passado, passando de 1,3 milhão de registros em 2022 para 1,6 milhão este ano. Foram 1.053 mortes em 2023 e 999 no ano passado.



Entre os motivos para o aumento, na avaliação do ministério, estão fatores como as mudanças climáticas e o aumento das chuvas, a mudança na circulação de sorotipo do vírus, com as variações 3 e 4 predominando no país, e o número de pessoas que possuem alguma predisposição à doença, além de crianças e idosos.

É um aviso preocupante. Diante do risco, o governo federal anunciou uma verba de R\$ 256 milhões destinados a ações nacionais contra a dengue e ao monitoramento da doença. Uma das medidas mais eficazes que deve ser considerada é a incorporação de uma vacina contra a dengue no calendário do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Ministério da Saúde tem a expectativa de decidir, ainda neste ano, sobre a adoção da Qdenga, fabricada pela empresa japonesa Takeda Pharma, e que tem eficácia de 84% de redução da hospitalização em casos de dengue.



CLIPPING

DATA
11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
15 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Outra medida crucial será intensificar as ações de controle do vetor. A erradicação de criadouros do mosquito *Aedes aegypti*, por meio de campanhas educativas, coleta de lixo eficiente e tratamento adequado de águas paradas, deve ser uma prioridade para os próximos meses.

Entre as ações que o governo federal pretende adotar nesse âmbito, também estão a distribuição de larvicidas, para ser aplicado nos focos de reprodução do mosquito, e a soltura de *Aedes aegypti* que receberam a bactéria *Wolbachia*, que inibe a transmissão de doenças.

Por ser a esfera federal, a ação do Ministério da Saúde é fundamental na coordenação dessa atuação, que precisa ter a adesão dos governos estaduais e municipais, deixando de lado diferenças políticas e focando na proteção da população.

A coordenação de esforços é necessária para implementar estratégias abrangentes de prevenção, controle e tratamento da dengue. Mas, para que o combate à doença seja bem-sucedido e a epidemia que se avizinha tenha seus efeitos mitigados, é preciso também que as pessoas façam a sua parte. Afinal de contas, o Brasil enfrenta o problema da dengue há décadas, e boa parte da população tem consciência do que precisa ser feito.

Mesmo assim, dados divulgados pelo Ministério da Saúde mostraram que, em 2023, 74,8% dos focos de criação do *Aedes aegypti* estão dentro de domicílios. São vasos de plantas, garrafas, fontes, bebedouros, recipientes de degelo em geladeiras e materiais estocados que seguem acumulando água e se tornando propícios para a reprodução do mosquito da dengue.

As autoridades já repetiram à exaustão — e é obrigatório que continuem repetindo — o que precisa ser feito dentro das casas das pessoas. Uma prevenção eficaz demanda a colaboração de todos os setores da sociedade, e é necessário que todos se engajem no combate ao *Aedes aegypti*.

A limpeza dos potenciais focos do mosquito, com a eliminação da água parada, é uma medida simples e que pode ser incorporada à rotina da casa. A falta de ação pode levar a consequências devastadoras para a saúde pública e a sobrecarga dos sistemas de saúde pública, que já estão fragilizados.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 11.12.2023 – PÁG. A2

Baixa taxa de poupança é obstáculo para acelerar o crescimento

Uma das principais consequências é a dificuldade de financiar o investimento

Sergio Lamucci



A economia brasileira deve fechar 2023 com um crescimento em torno de 3%, pelo terceiro ano consecutivo superando de longe as estimativas feitas pelos analistas no fim do ano anterior. Em dezembro de 2022, o consenso dos economistas apontava para uma expansão do PIB de 0,8% neste ano. O comportamento da poupança e do investimento, porém, indica que o país continuará com dificuldades para crescer a taxas mais elevadas de modo sustentado.

Em 2023, o forte desempenho do agronegócio, com efeitos que se irradiam por outros segmentos da economia, tem impulsionado a atividade pelo lado da oferta. Já o consumo das famílias e o setor externo garantem o bom resultado pelo lado da demanda, como mostraram os números do PIB do terceiro trimestre,

divulgados na semana passada.

Uma análise mais detalhada dos números, contudo, mostra uma composição pouco animadora da evolução da economia. Além do mix preocupante de um crescimento puxado pelo consumo das famílias, com o investimento recuando nos últimos quatro trimestres, a taxa de poupança doméstica tem caído. No terceiro trimestre deste ano, ela ficou em 15,7% do PIB, abaixo dos 16,3% do PIB do mesmo período de 2022 e dos 17,2% do PIB de igual intervalo de 2021. O Brasil teve uma taxa um pouco mais elevada entre 2004 e 2008, quando ela oscilou na casa de 20% a 21% do PIB, mesmo assim menor que a de muitos emergentes.

Uma das principais consequências de uma baixa taxa de poupança é a dificuldade de financiar o investimento, afetando as perspectivas para o crescimento da economia, lembra Samuel Pessôa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) e chefe de pesquisa do Julius Baer Brasil. O indicador brasileiro fica abaixo de alguns países latino-americanos e é bem inferior ao de vários asiáticos. A taxa do México deve fechar em 22,6% do PIB neste ano, enquanto a do Chile atingirá 19,8% do PIB e a do Peru, 19% do PIB, segundo números do Fundo Monetário Internacional (FMI). Entre os asiáticos, o nível de poupança deve alcançar 44% do PIB na China, ficando em quase 30% do PIB na Índia e na Indonésia e em 26,8% do PIB na Malásia.

A queda recente do indicador brasileiro ocorre num cenário de crescimento forte do consumo privado. No terceiro trimestre, enquanto o PIB cresceu apenas 0,1% em relação ao trimestre anterior, o consumo das famílias cresceu 1,1%. A força do mercado de trabalho, as transferências de renda como o Bolsa Família e a queda da inflação de alimentos ajudam a explicar esse movimento. Além disso, as famílias devem ter reduzido um pouco o seu nível de poupança para consumir.



CLIPPING

DATA

11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

17 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Para Pessôa, a maior queda do indicador vem do setor público, que mostra uma piora expressiva no resultado das contas públicas. Ele estima que o governo central deve ter um déficit primário (que exclui gastos com juros) de 1,4% do PIB neste ano, depois de atingir um superávit de 0,8% do PIB no ano passado. Já as empresas devem ter aumentado em alguma medida o seu nível de poupança. “O forte saldo externo obtido pela indústria extrativa mineral e pela agropecuária deve ter elevado a poupança desses setores”, diz ele. O Brasil caminha para fechar 2023 com um superávit comercial próximo de US\$ 100 bilhões, impulsionado pelas exportações de commodities.

A baixa taxa de poupança tende a levar um equilíbrio estrutural de juros mais elevados e câmbio mais valorizado, afirma Pessôa. “É uma combinação que dificulta a vida da indústria de transformação e demais setores intensivos em capital.” É possível contar com algum grau de poupança externa para financiar o investimento, mas é fundamental elevar a taxa doméstica.

Nos próximos anos, pode haver alguma melhora da poupança das famílias em função da reforma da Previdência e, talvez, do envelhecimento da população, diz Pessôa. São fatores que tendem a fazer as pessoas pouparem mais.

Para ele, não se deve esperar uma melhora estrutural da poupança do setor público no governo Lula. Na visão de Pessôa, a situação fiscal piorou significativamente nos últimos quatro meses. Não apenas os números correntes estão ruins como há uma sinalização do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o país vai operar com déficits primários maiores nos próximos três anos, afirma ele. Pessôa estima um déficit primário de 1% do PIB para o governo central em 2024, significativamente pior que a meta atual de zerar o rombo.

Essa piora não afetou os preços de ativos brasileiros, como o câmbio, devido ao resultado das contas externas, diz ele. O dólar seguiu abaixo de R\$ 5 mesmo com o aumento das incertezas sobre as contas públicas. Para Pessôa, o Brasil parece capaz de gerar estruturalmente superávits comerciais na casa de US\$ 70 bilhões por ano, o que tende a ajudar o país a navegar um quadro fiscal pior com um pouco mais de tranquilidade.

O Brasil, porém, tende a continuar na mediocridade se seguir com taxas de poupança e de investimento tão baixas - esta última caiu para 16,6% do PIB no terceiro trimestre deste ano, depois de atingir 18,3% do PIB no mesmo período de 2022.

Pessôa acredita que o crescimento potencial (aquele que não provoca pressões inflacionárias) pode ter aumentado de 1,5% para 2% com reformas feitas nos últimos anos, como a trabalhista e a da Previdência, e a aprovação da nova lei do saneamento, do marco das garantias e da autonomia do Banco Central (BC). Além disso, há a expectativa de que a Câmara aprove a reforma tributária ainda neste mês. A força das contas externas também pode ter algum papel aí, ao tornar a economia mais resistente a choques.

No entanto, um ritmo de expansão de 2% ao ano é pouco para um país com os desafios do Brasil. Elevar esse número passa por reformas e iniciativas para impulsionar a produtividade e pela busca do equilíbrio fiscal, melhorando a poupança pública e, com isso, contribuindo para a redução estrutural dos juros.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 11.12.2023 – PÁG. E1

Promoção de disputas judiciais falsas por advogados se multiplica

Causando prejuízo anual ao Judiciário de R\$ 10 bi, a chamada advocacia predatória avança com inteligência artificial e carros de som

Fernando Teixeira

A promoção de disputas judiciais falsas - chamada de “advocacia predatória” - tem se multiplicado em larga escala com o uso de redes sociais, softwares jurídicos, carros de som e até inteligência artificial. Mas os setores bancário, aéreo, de telecomunicações e construção, que são alvos preferenciais da prática, já se movimentam para combater o fenômeno, responsável por prejuízos de R\$ 10 bilhões ao ano ao Judiciário do país, segundo o Centro de Inteligência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG).

O assunto está para ser definido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Debatido em audiência pública realizada em outubro, ele foi enviado para julgamento pela Corte Especial, por ser de amplo impacto (Tema 1198). Nesse processo, poderá ficar estabelecido que o juiz pode exigir mais documentos e informações, quando entender se tratar de caso de advocacia predatória - nas “fake lides” (disputas falsas em inglês) é regra a omissão de dados e fraudes documentais.

O tema também é monitorado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e por tribunais de justiça. Eles estão criando centros de inteligência voltados a disputas massificadas com características abusivas. O termo “litigância predatória” foi adotado para designar ações judiciais repetitivas com elementos de abusividade ou fraude, às vezes com características de litigiosidade artificial ou frívola. Os casos mais comuns são voltados a empresas de consumo de massa, como varejistas.

O processo em julgamento no STJ trata de um contrato de crédito consignado do banco Santander. Porém, as ações associadas a ele envolvem disputas com outros bancos, o poder público e empresas de telecomunicações. “O que origina o problema é uma repetição de situações semelhantes em setores com grande volume de operações, com questões regularmente discutidas”, diz Heloísa Scarpelli, gerente jurídica da Febraban.

Sofia Temer, sócia do Gustavo Tepedino Advogados e representante do Santander no caso, afirma que há uma tendência de se confundir a litigância massificada com a advocacia predatória. “No caso da litigância de massa, os processos são legítimos. Já as ações predatórias são falsas, são o que se chama de ‘fake lides’”, diz. “Às vezes, a parte nem sabe do processo porque é um problema fabricado, não há litígio real”, acrescenta. Nesses casos, se há vitória, o advogado fica com tudo, não só com um percentual de honorários.





CLIPPING

DATA

11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

19 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Sofia reforça, contudo, que não se discute o acesso à Justiça, mas seu abuso. “O acesso à Justiça não é ilimitado, a parte deve provar haver um mínimo de elementos formais”, afirma.

Essa litigiosidade predatória acaba prejudicando as partes, por um lado, porque a Justiça costuma aplicar multas por litigância de má-fé, em uma proporção que chega a até 70% dos casos de litigância. Por outro, porque onera a Justiça, dificultando o andamento de disputas reais.

Alguns tribunais já tomam providências para mensurar e combater a advocacia predatória. Segundo cálculo do TJ-MG, em termos nacionais, a prática representa 1,2 milhão de processos ao ano. A estimativa está na Nota Técnica nº 1/2022 do Centro de Inteligência da Corte, feita com base na projeção de tribunais de Justiça sobre os dois principais tipos de disputas de direito bancário de massa: ações declaratórias de inexistência de débito e ações revisionais de contrato.

Nesses dois tipos de disputa bancária, as projeções dos Núcleos de Monitoramento do Perfil de Demandas (Numopedes) de vários tribunais chegaram ao valor de 30% de litigância predatória artificialmente criada. E estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2011, atualizado monetariamente, aponta um custo médio de manutenção de R\$ 8 mil por processo judicial para o Estado.

Segundo o juiz Felipe Albertini Nani Viaro, assessor da Corregedoria Geral da Justiça, o Núcleo de Monitoramento do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) fez um levantamento cruzando dados sobre partes autoras, advogados e temas, com a análise de 503 casos concretos, projetando os números para a carga processual do tribunal. Chegou ao número de 337 mil casos de “advocacia predatória” ao ano no tribunal. Usando o valor de custo por ação do IPEA, o resultado é um prejuízo anual de R\$ 2,7 bilhões para a Corte paulista.

Há peculiaridades regionais nas “fake lides”. O escritório Pessoa & Pessoa atua em 120 mil processos de consumo, para bancos no Norte e Nordeste, e identifica que a litigância predatória migra entre comarcas e Estados em busca de procedimentos e jurisprudência mais favoráveis.

Os métodos também mudam: há advogados que usam inteligência artificial e robôs para redigir peças e protocolar ações. Outros, na captação de clientes, apelam para técnicas mais tradicionais: em algumas cidades carros de som anunciam produtos como “limpe seu nome” e “pare de pagar taxas” e colhem procurações em folhas de papel preenchidas à mão. O objetivo é abastecer de litígios em larga escala.

“Há casos em que um mesmo comprovante de residência é usado para 30 pessoas diferentes. Um único caso foi dividido em 40 processos, um para cada mês de fatura no banco”, relata Victor Graça, sócio do Pessoa & Pessoa Advogados. Também há ações da mesma pessoa para dez bancos diferentes, diz ele, com os quais ela nunca teve relacionamento. “Em uma cidade no interior do Amazonas, um único advogado marcou presença em 64 audiências em um único dia. São quantidades incomuns”, conclui.

A saída é montar estratégias para identificar esses padrões e desmontar lides predatórias. Isso acontece ao acionar a Justiça criminal e o tribunal de ética da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra os patrocinadores dos processos. “O grande volume dessas demandas predatórias, fraudulentas e frívolas têm gerado a necessidade dos escritórios jurídicos se adaptarem” diz Larissa Santo-Sé, sócia do Pessoa & Pessoa.



CLIPPING

DATA
11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
20 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

No setor aéreo, a litigância excessiva começou a assumir traços de advocacia predatória ao extrapolar o limite do razoável. Por trás desses processos está a captação de clientes por técnicas de disparo em massa de mensagens pelas redes sociais. São oferecidas promessas de ganho fácil a passageiros que, às vezes, nem estavam insatisfeitos, abrindo processos sem base em fatos.

“Há um processo que tem crescido muito no Brasil, promovido por ‘aplicativos abutres’ e sustentado em produtos oferecidos por ‘lawtechs’”, diz Marcelo Pedroso, da Associação Internacional de Transporte Aéreo (AITA). A estratégia é convencer o passageiro de que, se houve alteração do voo, por exemplo, é possível ir à Justiça. “É uma solução que estimula uma litigiosidade não natural, que não iria acontecer”, afirma. No caso de vitória, porém, são cobradas taxas exorbitantes.

Entidades do setor aéreo estão preparando uma estatística detalhada do problema. Mas, segundo informação levantada pela Juit, empresa de pesquisa de jurisprudência e jurimetria, com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ações sobre cancelamentos, atrasos e extravios de bagagem somaram 148 mil processos na Justiça no ano de 2022.

Algumas empresas de aviação com atuação internacional relatam que 98% de seu contencioso judicial acontece no Brasil. Uma aérea fez o cálculo de que nos EUA a proporção de processos judiciais por voo era de um a cada 12 mil, e no Brasil, um processo a cada 1,8 voo. O problema, segundo Marcelo Pedroso, é que os consumidores vão à Justiça antes de buscar solução por acordo com as empresas ou outros canais públicos.

Para o professor de direito do consumidor da PUC-SP e presidente da Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente, Vitor Morais, o problema da advocacia predatória passa pela falta do devido estímulo aos canais de autocomposição, sejam os das empresas, Procons ou o site consumidor.gov, onde os índices de acordo chegam a 80% ou 90%.

“O canal de atendimento é a forma mais eficiente e barata de resolver disputas, e o Judiciário é a forma mais cara”, diz Vitor Morais. Ele defende que a tentativa de autocomposição deve ser um filtro. “É preciso haver responsabilidade e usar a Justiça apenas nos casos em que ela é necessária”, afirma.

Justiça analisará “perseguição judicial”

Juiz aceitou denúncia contra advogado por uso abusivo da Justiça para intimidar vítima



Fernando Teixeira

A Justiça do Paraná abriu um precedente importante ao admitir ação penal por “perseguição judicial” (stalking, em inglês) contra um advogado por ajuizamento abusivo de ações. A prática é conhecida no Brasil como “litigância predatória” - utilização abusiva da Justiça para perseguir ou intimidar indivíduos com o fim inibir seu acesso à Justiça ou liberdade de expressão.

No caso, julgado pela vara criminal de Cambé, na região metropolitana de Londrina (PR), o Ministério Público do Paraná denunciou o advogado com base no artigo 147-A do Código Penal. O dispositivo foi criado em 2021, pela Lei nº 14.132, para tipificar o crime de perseguição. A pena prevista é de reclusão, de seis meses a dois anos, e multa.

O advogado denunciado teria ajuizado seis ações judiciais sem fundamento contra uma ex-funcionária, que planejava propor uma reclamação trabalhista.

“O advogado perseguiu reiteradamente a vítima, sua ex-funcionária, ameaçando-lhe a integridade psicológica e perturbando sua esfera de liberdade e privacidade, por meio da propositura de diversas ações judiciais destituídas de justa causa ou fundamentação idônea e intentadas com o propósito doloso (litigância simulada), bem como através de notificações extrajudiciais”, diz a denúncia (Processo nº 0011102-58.2022.8.16.0056).

O Ministério Público contextualizou o caso relatando que o denunciado é habitual usuário da Justiça em situações semelhantes. “O modus operandi das condutas dele pode ser comprovado em simples consulta processual de seu nome no sistema Projudi, evidenciando-se significativo número de Queixas-Crime e Ações de Interpeleções Para Explicações, movidas e subscritas diretamente pelo denunciado contra diversos advogados que contra ele atuaram em outros processos”, destaca a denúncia.

Uma testemunha do caso e vítima do mesmo advogado paranaense, que prefere não se identificar, defende a importância do precedente. “Ele poderá ser instrumento para impedir esse tipo de advocacia predatória, que usa a Justiça como forma de intimidação ou retaliação contra partes e advogados”, afirma.



CLIPPING

DATA

11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

22 de 25

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Destaques

Direito ao silêncio

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que a falta de aviso ao investigado sobre o seu direito de ficar em silêncio, durante a fase do inquérito policial, só gera nulidade se for demonstrado que isso causou efetivo prejuízo à defesa. Com esse entendimento unânime, o colegiado negou habeas corpus e manteve a prisão preventiva de um réu que alegou ter havido nulidade no inquérito porque uma testemunha ouvida pela polícia - e posteriormente tornada corré - não teria sido alertada sobre o direito de ficar em silêncio. Segundo o réu, devido a essa falta de informação, ocorreram tanto a decretação de sua prisão preventiva quanto o recebimento da denúncia contra ele. Mas, de acordo com o ministro Ribeiro Dantas, relator no STJ, o reconhecimento de nulidades no processo penal exige a demonstração de prejuízo à parte (HC 798.225).

Discriminação regional

Uma vendedora de comércio de vestuário deve ser indenizada em R\$ 10 mil por dano moral por sofrer discriminação em razão de local de nascimento e escolha profissional. De acordo com os autos, a gerente do estabelecimento a xingava de “anta nordestina” e a obrigava a guardar seus pertences em local diverso dos demais trabalhadores. Também borrifava, na frente de outros empregados, desinfetante aerossol na mulher para “desinfetá-la”, sob o argumento de que ela saía do estágio em enfermagem direto para exercer as atividades na loja. A acusação de assédio moral foi confirmada pela testemunha da profissional. Segundo o colega, a vendedora era ofendida de várias formas. A supervisora atentava contra o fato de a trabalhadora ter nascido na Bahia. Na sentença, o juiz do trabalho substituto Hantony Cassio Ferreira da Costa, da 1ª Vara do Trabalho de Itaquaquecetuba (SP), destaca que o uso de expressões como “anta nordestina” carrega arraigada discriminação regional. Ressalta que a mulher era agredida por fatos sociais que não fazem parte das suas escolhas, como a região onde nasceu, e por suas escolhas, como a de cursar enfermagem. “Por conta disso, tinha que ser ‘desinfetada’, como se fosse um animal ou objeto, alguém distinto dos demais, alguém que, sem qualquer prova, potencialmente traria ‘doenças’”, afirma (número do processo sob sigilo).

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 11.12.2023 – PÁG. E2

A posição do minoritário em recuperação ou falência

Em um contexto geral, o que se verifica é a preferência de recebimento dos debenturistas em face dos acionistas

Andrea Seco



Já há alguns anos algumas companhias abertas têm vivido tempos agitados junto ao Poder Judiciário quando o assunto é reestruturação empresarial e, portanto, processo recuperacional. Como foi possível acompanhar, após cinco anos de tentativa de reestruturação, a livraria Saraiva pediu o convolvamento de sua recuperação judicial em falência, pedido este deferido pela 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo em outubro de 2023.

Este novo desdobramento no caso Saraiva (SLED4), disparou gatilho nos acionistas de forma geral, uma vez que passaram por situação semelhante em 2021, com a falência da empresa MMX Sudeste Mineração, bem como reascendeu o sentimento de preocupação, tendo em vista o recente agravamento da crise e recuperação judicial da Americanas (AMER3).

De acordo com levantamento conduzido pela uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro no mundo, no início de 2023 eram contabilizadas 17 companhias abertas em recuperação judicial. Neste cenário, torna-se importante entender os possíveis desdobramentos em relação aos valores aportados na empresa por investidores em geral, seja através de debêntures ou ações.

Em rápida explicação, necessário diferenciar as formas de investimento.

As debêntures se tratam de títulos de crédito negociados no mercado de capitais. O investidor ao fazer a compra de uma debênture, empresta, por assim dizer, dinheiro para uma empresa durante determinado tempo. Esse período é negociado entre as partes quando da aquisição, sendo recebido pelo comprador, após este lapso temporal, os juros relativos ao aporte realizado. As debêntures são classificadas como investimento de renda fixa.

Já no que se refere as ações, estas são títulos de propriedade de frações do capital de uma empresa, de modo que quem efetua a compra de ações adquire um pedaço da companhia. Se a empresa na qual o investidor tiver adquirido as ações tiver lucro, suas ações serão valorizadas, e caso haja prejuízos, as ações perderão



CLIPPING

DATA
11.12.2023

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
24 de 25

RESPONSÁVEL
Iris Helena

valor no mercado. Em virtude de sua forma de funcionamento, as ações são consideradas investimentos de renda variável.

Feitas tais distinções, as duas categorias de investidores fica a dúvida do que acontece caso uma companhia aberta na qual empregou seu capital venha a sofrer processo de recuperação judicial ou tenha sua falência efetivamente decretada.

No tocante à recuperação judicial vale destacar que a empresa não deixa de ser listada, sendo que a própria esclarece que embora possa ocorrer uma suspensão temporária das negociações, a única penalização pela bolsa de valores é o fato de que a companhia deixa de fazer parte dos índices da instituição, perdendo credibilidade no mercado, porém as ações seguem podendo ser negociadas.

Embora o maior impacto imediato seja sentido no preço dos papéis que tendem a cair drasticamente, para os debenturistas, há de ser observado as espécies de debêntures detidas segundo a natureza e o grau de garantias que oferecem. Nesse sentido, são classificadas pelo artigo 58 da Lei de Sociedades por Ações, em garantia real, garantia flutuante, sem preferência ou quirografária e subordinada. Cada espécie terá uma posição própria no quadro geral de credores, conforme estabelecido na Lei nº 11.101/05.

Já os acionistas em geral não estarão intitulados a compor o quadro geral de credores e por isso o investimento deve ser monitorado com cuidado redobrado, pois embora a mera declaração de recuperação judicial não seja sinônimo de capital investido perdido - até porque o procedimento recuperacional pressupõe a continuidade das operações com a reestruturação de suas dívidas de maneira a preservar o negócio e retomar o valor da empresa -, uma grande desvalorização é esperada.

Situação diversa ocorre quando se verifica a real decretação de falência da companhia na medida em que tal declaração carrega em si a verdadeira inviabilidade de continuação da atividade empresarial, seja por questões financeiras e/ou operacionais.

A confirmação da falência irá culminar na imediata interrupção das negociações das ações na Bolsa de Valores e no descadastramento da empresa perante a Ato contínuo, dá-se início a fase de arrecadação e liquidação dos bens de modo que sejam realizados os pagamentos possíveis dentro da ordem de preferência classificatória imposta por lei.

Uma vez que os acionistas não têm qualquer prioridade no recebimento de créditos e entram no fim da lista para quaisquer recebimentos, infelizmente as chances de reaverem qualquer valor pelo capital investido se tornam bastante remotas e, caso ocorram, os valores serão certamente bem inferiores àqueles investidos no momento da aquisição.

Na prática, o que ocorre é que o acionista deixa de ser titular de um título de participação e passa a ser mero titular de um crédito sem qualquer preferência.

Em um contexto geral e em qualquer das hipóteses tratadas, o que se verifica é a preferência de recebimento dos debenturistas em face dos acionistas, ainda que se leve em consideração a extrema dificuldade de recebimento por parte de ambos os investidores.

Embora não seja a maior parte, vale pontuar que há exemplos importantes nacionais e internacionais de companhias abertas que conseguiram se reerguer e valorizar seus papéis após tal período, sendo que embora este seja considerado um investimento de alto risco o que se torna absolutamente necessário é uma análise criteriosa da realidade de cada companhia, em especial a plausibilidade, solidez e capacidade da mesma em cumprir seu plano recuperacional.

DATA COMEMORATIVA DO DIA – SEBIB

Dia do Engenheiro: entenda a origem da data comemorativa de 11 de dezembro

Engenheiros desempenham um papel crucial na criação e inovação de infraestruturas, edifícios, sistemas que moldam o nosso cotidiano

Nesta segunda-feira, 11, é celebrado o Dia do Engenheiro, data dedicada a homenagear os profissionais que desempenham um papel vital no desenvolvimento e progresso da sociedade. O Dia do Engenheiro é uma oportunidade para reconhecer a contribuição significativa dos engenheiros em diversas áreas, desde a construção civil até a tecnologia avançada.

Os engenheiros desempenham um papel crucial na criação e inovação de infraestruturas, edifícios, sistemas, dispositivos e tecnologias que moldam o nosso cotidiano. Eles são os arquitetos por trás das pontes que conectam cidades, dos arranha-céus que tocam o céu e das redes de comunicação que aproximam as pessoas.



Qual a origem do Dia do Engenheiro?

A escolha do dia 11 de dezembro para o O Dia do Engenheiro, está relacionada à criação das primeiras escolas de Engenharia no país. Em 1933, o Decreto nº 23.569 instituiu o dia 11 de dezembro como o Dia do Engenheiro, em homenagem à fundação da Escola Central, atualmente conhecida como Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A Escola Central foi inaugurada em 11 de dezembro de 1892.